FERNANDO ANTONIO DA COSTA VIEIRA[1]

## Educação e a formação da nação

A construção do projeto educacional por parte do Estado nacional brasileiro tem raízes em 15 de outubro de 1827, com a aprovação da 1ª Lei Geral de Ensino. Esta lei procurou definir o Estado como o regulador do ensino, papel que ao longo da história jamais abdicou.

E qual a essência dela? A instituição de regras para o funcionamento das escolas, além dos critérios que nortearam a criação de escolas e do seu funcionamento. Definiu ainda, os conteúdos, os modos de ensinar, as maneiras de castigar e os mecanismos para a entrada na carreira do magistério para professores e professoras.[2]

É interessante observar que desde sua organização primeira, o Estado brasileiro buscou muito mais a regulamentação do ensino do que a formação do professor. Isto pode ser constatado com a criação da 1ª Escola Normal do Brasil, em 1835, na cidade de Niterói, sede da Província do Rio de Janeiro.

A formação de escolas normais representou, no contexto histórico europeu, a

[1]Professor do IUPERJ e diretor do Sinpro.

[2]Conferir: GAMA, Zacarias Jaegger e GONDRA, </DIV> <DIV align=right> <DIV align=right>José Gonçalves. Uma estratégia de unificação curricular: "Os Estatutos das Escolas Públicas de Instrução Primária." Rio de Janeiro. 1865. Trabalho apresentado na *21ª* Reunião Anual da ANPED (Caxambu, MG, setembro de 1998), no GT Currículo.

Copiado de www.anped.org.br, em 30/06/2001. </DIV>

> *institucionalização da instrução pública no mundo moderno. Apesar de se poder argumentar a existência de uma instrução pública na Antiguidade, é somente após a modernidade que surge uma preocupação mais generalizada em instruir o povo e, como conseqüência, organizam-se as primeiras instituições especializadas em formar o professor: as Escolas Normais*[3].

O acesso dos alunos à Escola Normal de Niterói era definido muito mais por exigências morais, como por exemplo, ter boa conduta reconhecida pelo Juiz de Paz do domicílio, posteriormente acrescida de exigência de aval do pároco local (art. 6°), do que aptidão intelectual, já que era exigido apenas saber ler e escrever (art. 4°).

A valorização dos aspectos morais do candidato em detrimento da sua formação intelectual aponta dois aspectos significativos: o desinteresse em alunos com uma visão de mundo influenciada por forte bagagem ideológica e, portanto, maleáveis ao projeto pedagógico defendido pelo Estado; e a própria desqualificação do magistério legitimando sua baixa remuneração. Além disso, o Estado poderia transferir para os professores a culpabilidade por eventuais fracassos na política educacional, eximindo-se de sua responsabilidade na própria formação do magistério.

A escolha da Província do Rio de Janeiro como local da Escola Normal expressou o arranjo político no período Regencial. A aristocracia desta província tirava sua força política do café, produto que crescia na pauta de exportações, permitindo a superação da grave crise econômica vivenciada pelo Império desde a independência. Dessa forma, os principais cargos no aparelho estatal nacional se encontravam sob controle deste grupo que utilizou o Rio de Janeiro como laboratório de seus projetos para a Nação.

Diante do quadro de instabilidade política que caracterizou a Regência - revoltas nas províncias expressando descontentamentos das camadas populares e disputas entre frações das elites regionais - a aristocracia do Rio de Janeiro acreditou que a educação seria *"um espaço importante para a difusão dos princípios de Ordem e Civilização que regiam o ideal conservador."*[4]

[3]VILLELA, Heloísa. A Primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice. **O passado sempre presente**. Campinas, Cortez, 1992, p.21.
[4]Ibid. p.27.

Caberia ao professor a tarefa de reproduzir os valores defendidos pela aristocracia no poder, ou seja, ser, na sala de aula, o agente construtor do consenso erigido pela elite.

A construção desse consenso também demandou a organização de instituições de ensino que fossem caracterizadas como de excelência. Em 1837, a Assembléia Geral aprovou a criação, no Município Neutro do Rio de Janeiro, do Colégio Pedro II. Instituição que concederia aos membros da elite um ensino de excelência preparando seu corpo discente para a futura administração da jovem Nação.

A fundação do Pedro II definiu inequivocamente o projeto educacional para o país: para as camadas populares um ensino de pouco qualidade e para os futuros quadros dirigentes da Nação uma escola de qualidade.

Em 1847, a Escola Normal foi anexada ao Liceu Provincial de Niterói. Tal processo de fusão, deu-se no bojo de reformas em toda a instrução primária provincial. Mais uma vez, o Rio de Janeiro se apresentava como o laboratório para propostas que posteriormente teriam alcance nacional. O Liceu Provincial oferecia em seu currículo uma abrangência de cadeiras que expressava o interesse na formação dos futuros dirigentes.[5] Entre os cursos oferecidos no Liceu, encontrava-se o da formação de professores.

Entretanto, o Liceu não procurou preparar seus estudantes para o ensino superior, encaminhando seus formandos para o magistério público. Na verdade, o Colégio Pedro II expressando sua maior qualificação detinha o privilégio de assistir o ingresso de seus alunos ao ensino superior independente de provas e concursos.

Em 24 de setembro de 1851, o Liceu Provincial de Niterói, como também outras instituições do gênero, foi fechado. Transferiu-se para o setor privado a formação de professores. Claro que a iniciativa privada, leia-se escolas ligadas à Igreja católica, receberiam subvenções. O Estado percebeu que poderia garantir seu projeto educacional através de mecanismos

[5]O currículo era composto por gramática, aritmética, álgebra, geometria, catecismo, didática, latim, retórica, poética, francês, história universal, música, canto, física, química, geografia, astronomia, história natural, entre outros. Cf: ALVES, Claudia Maria Costa. **Estado Conservador e educação no Brasil: o caso do Liceu Provincial de Niterói (1847-1851)**. In: NUNES, Clarice. Op. cit. p. 60.

de controle social, tais como, as inspeções realizadas nas províncias e os conselhos municipais de educação.

Ou seja, embora a iniciativa privada recebesse subvenção do poder público central e/ou provincial, o processo pedagógico estaria estritamente nas mãos do estado, que regulamentaria currículos, estruturas de cursos e métodos pedagógicos.

Cabe ressaltar, que a despreocupação na construção de um modelo escolar que abarcasse a maior parte da sociedade expressou a realidade de um país, em que a ampla maioria da força de trabalho era escrava. Ainda que os dados estatísticos tragam a marca da imprecisão - só em 1871 foi criado um departamento para a realização de censo no país, a Diretoria Geral de Estatística -, calcula-se que em fins do século XIX e início do XX, a população analfabeta correspondia a cerca de 75% daquela em idade escolar.

O município do Rio de Janeiro, quer no período imperial, quer no republicano, detinha índices menores, cerca de 48% de analfabetos da população em idade escolar. Tal fato expressou a diversidade econômica da cidade, importante centro financeiro, mercantil. Esta diversidade demandou elevado número de trabalhadores livres e, consequentemente, com maior grau de instrução.

Educação no período republicano

A abolição da escravidão e o ingresso do regime republicano não alteraram o panorama da educação no país nas primeiras décadas do século XX. A Constituição de 1891, embora tivesse afirmado o princípio do federalismo, não procurou contribuir para uma política educacional autônoma e, ao mesmo tempo, representou um retrocesso, pois tirava do setor público a obrigação de concessão de ensino infantil. Com isso, as taxas de analfabetismo nas áreas economicamente empobrecidas, mantiveram-se elevadas com o agravante de que a nova Constituição excluiu do jogo político os analfabetos.

A contradição com o projeto republicano que se pretendia includente na esfera política, e na prática resultou em exclusão, provocou, no seio de setores da própria elite, um posicionamento em favor da adoção de uma política educacional que rompesse com o analfabetismo no país.

Nesse contexto, não surpreende o aumento do número de instituições de ensino, em especial, as privadas ligadas à igreja católica. O Rio de Janeiro liderou esse processo expressando, uma vez mais, sua importância enquanto capital nacional.

O ideal de progresso, paradigma do positivismo republicano de modernização e construção de uma civilização nos trópicos à imagem do referencial europeu, esbarrava com a dura realidade da educação brasileira. A década de 1910 e, especialmente, a de 1920, assistiu a um vigoroso posicionamento da elite intelectual que defendia a implementação de uma efetiva política educacional, associavam a necessidade de investimentos no ensino com a valorização dos ideais nacionais.

Olavo Bilac, um dos mais ardorosos defensores do revigoramento dos valores cívicos e patrióticos que a república deveria encarnar, foi um dos expoentes desses movimentos nacionalistas que se organizavam em ligas nacionalistas, cuja pioneira foi a *Liga de Defesa Nacional*, fundada em 1916. A reorganização do exército com o serviço militar obrigatório e a instrução pública para os jovens seria a senha para a propalada regeneração do país cujo avatar seria o progresso. [6]

O posicionamento de intelectuais em favor da educação revigorou o próprio olhar do Estado. Em 1890, nos primórdios do regime republicano, foi efetuada a Reforma Benjamin Constant. Esta reforma buscou reforçar o caráter científico e técnico do ensino em detrimento de sua dimensão humanista. Além disso, reestruturou o então ensino secundário que assumiria um caráter formativo. Criou também o exame de "madureza", objetivando analisar o grau de maturidade alcançado pelo estudante ao longo de sua vida escolar. A reforma procurou, também, organizar o ensino infantil com uma dimensão integral e implementar o ensino universitário.

Entretanto, a maior parte das reformas educacionais foram realizadas pelos estados, como a de Sampaio Dória, em São Paulo, que reduziu a

[6]Conferir: NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. **História geral da civilização brasileira, III. O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987; e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1990.

obrigatoriedade da escola primária gratuita para dois anos, fixando a idade entre nove e dez anos e com isso solucionando - mediante a maior rotatividade dos alunos na escola - o impasse entre o restrito número de vagas nas escolas para elevado número de crianças. A Bahia, com Anísio Teixeira, no ano de 1925, e o Distrito Federal do Rio de Janeiro, sob o comando de Fernando Azevedo, em 1929, foram outros exemplos de reformas realizadas em âmbito estadual visando a melhoria da educação nacional.

Além da pressão das ligas nacionalistas, dois outros fatores contribuíram para fortalecer a defesa da educação no país: a criação, no Rio de Janeiro, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE) e o movimento da Escola Nova.

Estes dois movimentos realçaram a importância do Rio de Janeiro como centro difusor de projetos culturais do Brasil. Formada por educadores, entre os quais Delgado de Carvalho e Heitor Lira, a ABE buscou participar na elaboração de políticas educacionais e

> *abrigou em seu programa de debates e conferências a elite dos educadores que se empenhavam em difundir no Brasil os avanços no campo da educação brasileira em base mais sistemáticas.* [7]

A ABE defendeu a implementação de um programa de educação integral que transformasse o brasileiro de um "caipira" incapaz em um povo laborioso e produtivo. Resgatavam para o ensino brasileiro, com secular atraso, os ideais iluministas de transformação do homem pelo conhecimento tornando-o liberto das crendices, medos e preconceitos. Além disso, defendiam a valorização de um ensino crítico associado com os avanços da ciência e da tecnologia.

A Escola Nova representou o filho mais dileto das iniciativas tomadas pela ABE. O movimento incorporou intelectuais e educadores de peso, entre os quais Monteiro Lobato, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. As propostas defendidas pelo escolanovismo encontraram terreno fértil no Rio de Janeiro para serem aplicadas, principalmente após a vitória da Revolução de 1930.

[7]BOMENY, Helena. Os intelectuais da educação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 31.

Claro que os primeiros passos já haviam sido iniciados quando Fernando de Azevedo assumiu o comando da educação no Rio de Janeiro, em 1926, durante a gestão de Antônio Prado Júnior. A Reforma de 1926 incorporou nova dimensão no debate educacional ao apontar a importância social do processo de aprendizado. A escola passou a ser vista como importante ator na tarefa de construir uma sociedade nacional erigida sobre princípios democráticos. A exemplificação dessa democracia social dar-se-ia no âmbito escolar onde a educação deveria ser única, gratuita e obrigatória para todos os membros da sociedade.

Fortemente influenciada pelo processo educacional norte-americano - aliás, um importante referencial para os teóricos escolanovistas - a reforma de 1926 acabou transcendendo as fronteiras do Distrito Federal servindo como paradigma para outros movimentos similares no país.

O processo de centralização imposto ao país após 1930, resultou na estruturação de um sistema educacional nacional. A expressão desse processo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930. Com o ministério, o Estado passou a liderar

> *o programa geral de reformas com o objetivo de criar uma unidade de orientação, de sistematizar um conjunto de procedimentos que fossem referência em todo o país*. [8]

Inicialmente os representantes da Escola Nova foram chamados para participar do projeto de reformulação do sistema educacional no país. A fragmentação de idéias e projetos que caracterizaram as diversas reformas estaduais foram quebradas com a Reforma de 1931. Apesar de sua importante participação, o enfrentamento com os setores privados, em especial a igreja católica que defendia a obrigatoriedade do ensino religioso e o fortalecimento do ensino particular, enfraqueceu os escolanovistas.

A publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, expressou o quadro de disputas que envolvia a educação no país. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores, entre os

[8]BOMENY, Helena. Op. cit. p. 46.

quais Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Hermes Lima e Roquette Pinto, o Manifesto foi um brado em defesa do ensino público, laico e gratuito.

Entretanto, a repressão aos que se opunham à Vargas, em especial os comunistas e seus simpatizantes, após 1935, afetou a capacidade de intervenção dos Pioneiros da Educação na política educacional do país. Acusado de ligações com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), Anísio Teixeira acabou destituído de sua função no Distrito Federal. Na prática, os setores conservadores que defendiam uma nítida separação entre um ensino voltado para as elites e um técnico-profissional para as camadas populares foram vitoriosos na disputa contra os escolanovistas.

Tendo como eixo referencial o Rio de Janeiro, o governo Vargas implementou um programa de reformas, entre as quais a Reforma do Ensino Secundário de 1942, que priorizou o modelo humanista transferindo para escolas técnicas a formação profissional, a Reforma Universitária, que normatizou um único padrão para a organização do ensino superior, e a criação do Sistema de Ensino Profissional objetivando o treinamento dos trabalhadores para o mercado no interior de organizações como por exemplo, Senai, Sesi, Senac e Sesc.

Além disso, o crescimento das tensões européias e a posterior eclosão da Segunda Guerra Mundial com a participação do brasileira na luta contra o nazi-fascismo, fortaleceu novo projeto do governo: o da Nacionalização do Ensino. Na verdade, desde fins do século XIX, com o aumento da imigração, havia a preocupação em romper as identidades culturais dos imigrantes integrando-os ao país. A escola se apresentava como importante ferramenta para esta integração. Entretanto, somente com o processo de centralização do poder pós-30 e o temor de infiltração de "quintas-colunas" no país no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi levado à cabo a interdição das escolas estrangeiras que atendiam aos imigrantes e na sua posterior "nacionalização."

O fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e, o processo de redemocratização do Brasil, representou um momento de revigoramento dos debates sobre a educação no país. O eixo central passou a ser a questão da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação brasileira. Os debates em torno da LDB demonstram de forma unívoca as contradições em

torno da educação brasileira. Sua discussão foi iniciada em 1948, sendo aprovada em 1961.

Na prática, a sua aprovação foi uma vitória dos setores privatistas que esvaziaram a capacidade de articulação dos escolanovistas. Estes, apesar de lançarem um novo manifesto, o Manifesto dos Educadores. Mais uma vez convocados, foram derrotados pela aliança entre Igreja, setores conservadores e empresários da educação.

O Rio de Janeiro era o palco destes embates que tiveram como antagonistas Darcy Ribeiro, representando a nova geração escolanovista, e Carlos Lacerda, defendendo os interesses dos setores privados. Aliás, com a eleição de Lacerda para o governo da Guanabara, após a transferência da capital federal para Brasília, ocorreu a expansão do setor privado de ensino expressando o menor interesse do poder público em investir na escola pública.

Cabe ressaltar, que, segundo o censo educacional de 1996, o município do Rio de Janeiro possui, proporcionalmente, a mais importante rede privada no ensino. Embora possua um número menor de matrículas que a rede pública, possui maior número de estabelecimentos de ensino, como mostra a tabela abaixo:

| **Matrículas** | **Matrículas** | **Matrículas** | **Unidades** | **Unidades** | **Unidades** | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| na | no | no | na | no | no | |
| Pré-escola | Ensino | Ensino | Pré-escola | Funda--mental | Ensino | |
| | Funda--mental | Médio | | | Médio | |
| | | | | | | |
| 52302 | 561492 | 0 | 490 | 956 | 0 | Município |
| 1748 | 36337 | 149054 | 9 | 101 | 182 | Estado |
| 60671 | 225606 | 97489 | 1196 | 1134 | 405 | Particular |

Fonte: Ministério da Educação e do Desporto, INEP, Censo Educacional 1996 e IBGE, Malha

O maior número de salas e o respectivo menor número de alunos, permitem à escola privada apresentar-se como fonte de melhor qualificação de seus alunos, além de um dado chave: o menor investimento público no pré-escolar implica obstáculos maiores no processo de aprendizado das crianças das camadas populares ao ingressarem na rede formal de ensino no fundamental. [9]

## O Rio e a educação pós-anos 60

A transferência da sede do governo federal para Brasília afetou a capacidade de ingerência política do Rio de Janeiro, sem no entanto romper seu estatuto de principal pólo cultural do país. No entanto, no campo da educação o Rio de Janeiro caminhou a reboque de um processo mais amplo que sacudiu o país.

Educar não representava somente um ato de inclusão social, mas sim a construção de uma contra-hegemonia ao consenso imposto pela burguesia. Projetos brotavam junto às camadas populares, como por exemplo, o De pé no Chão Também se Pode Ler, no Rio Grande do Norte. Defendia-se uma campanha nacional contra o analfabetismo, nos moldes da que ocorrera em Cuba. Eram eles inspirados no método Paulo Freire que propunha uma pedagogia libertadora do homem e que centrava seu método na afirmação de que "todo ato educativo é um ato político."

No Rio de Janeiro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou um programa pedagógico popular visando a mobilização social e a conscientização política. A educação, a arte, a cultura tornavam-se instrumentos de transformação social num momento em que emergência da luta de classes marcava o país. Os Centros Populares de Cultura (CPC's) transbordam suas propostas no cinema, teatro, artes plásticas, do Rio de Janeiro para todo o país.

A ditadura militar (1964-1985) atuou vigorosamente para combater a afirmação de uma educação crítica. Além da prisão e do exílio de educadores, como o próprio Paulo Freire, ocorreu maior controle estatal sobre

[9] Cabe ressaltar que a atual LDB dividiu o ensino em pré-escolar (maternal, jardim e CA), fundamental (da 1ª até a 8ª série) e médio (1° até 3° ano).

a política educacional. Os governos militares estimularam a fragmentação do ensino público e o reforço do setor privado, quer no ensino fundamental e médio, como também, e eis a novidade, no ensino superior.

A famigerada lei 5692/71 reforçou a defesa de um processo educativo acrítico e tecnicista atrelando a formação educacional aos interesses do mercado industrial, então em plena expansão.

O processo de desmonte da ditadura militar permitiu ao Rio de Janeiro um novo sopro de inovação pedagógica. A eleição de Leonel Brizola para o governo do estado, em 1982, trouxe, mais uma vez, para o centro da palco um dos últimos remanescentes do escolanovismo: Darcy Ribeiro. O governo Brizola (1982-1986) implementou o programa dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's) que resgatava a discussão sobre o ensino integral.

Os CIEP's procuravam adaptar-se ao meio social com uma arrojada arquitetura criada por Oscar Niemeyer que se inseria na paisagem urbana, principalmente nas comunidades que viviam em favelas. O programa acabou vivendo forte contestação dos setores conservadores e esbarrou num dado concreto: a demanda por salas de aula fortaleceu a implementação dos três turnos no ensino, o que inviabilizou um projeto centrado na concepção de turno único. Os posteriores governos estaduais adequaram os CIEP's à realidade escolar carioca e brasileira.

Apesar disso, em 1991, buscando maior apoio político, o presidente Fernando Collor de Mello acertou a criação dos Centros Integrados de Apoio às Crianças (CIAC's) que traduziam nítida inspiração nos CIEP's. O projeto chafurdou no mar de corrupção que caracterizou o efêmero período colorido no país.

O avanço de governos atrelados ao modelo neoliberal também afetou a educação. A nova LDB e a implementação dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) trouxeram como novo eixo para a educação a busca pelas habilidades e competências dos alunos. Significativo o fato de que as duas palavras estão associadas à aptidão, desempenho, capacidade, engenho. Significativo na medida em que se reforça os laços entre educação e mercado de trabalho.

A busca por novas tecnologias no ensino suplanta o pensar uma sociedade crítica, capaz de formular propostas não excludentes para seus membros. Cada vez mais se constrói um sujeito robotizado e individualista, psicótico, viciado em informações instantâneas e superficiais, imagens estilizadas de um mundo apreendido na internet ou na televisão por satélite, cabo, etc.[10]

No Rio de Janeiro, em 1996, a Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP) - junto com as unidades estaduais de ensino técnico, foi deslocada para a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, mudando sua nomenclatura para Fundação de Apoio ao Ensino Técnico do Estado do Rio de Janeiro (FAETC).

Com a FAETC o governo estadual procurou privilegiar, em detrimento da rede regular de ensino, uma formação profissionalizante, bem como implementar programas de capacitação profissional visando o atendimento das demandas do mercado de trabalho. Além disso, propõe-se a redirecionar a mão-de-obra desempregada para outros setores da economia, em especial, os subalternos, como também, estimula a criação de microempresas objetivando a formação de empreendedores.[11]

Nesse modelo, o acesso a uma educação que permita a construção de uma identidade crítica, coletiva, partilhando aprendizados e experiências se restringe à adequação do ensino ao mercado, *deus ex machina* que tudo quer e tudo pode. Na prática se reforça os laços de subordinação das classes populares cujo horizonte educacional é o do trabalho repetitivo e pouco criativo, enquanto que os pares da elite convivem, no ensino privado, a ilusão de uma escola mais crítica, criativa e melhor qualificadas.

Trata-se de um *apartheid* cultural expressando a origem social de seus membros, agora sob a chancela oficial do estado que nega o óbvio: o caráter restritivo do ensino profissionalizante representa um prejuízo. Ele não é justificado sequer pelos acessos profissionais que esse ensino pretende oferecer ao preparar os alunos para entrar em massa em empresas

[10] Sobre tal questão vale conferir o excelente artigo de Dany-Robert Dufour, Malaise dans l'éducation. Publicado em novembro de 2001 e disponibilizado em www.monde-diplomatique.fr.

[11] Conferir o site da FAETC: www.sect.rj.gov.br/faetec.

que têm, de qualquer maneira, cada vez menos necessidades deles, sob qualquer forma que seja.[12]

## O RIO DE JANEIRO APÓS 196o

Após a década de 1960, o Brasil e, consequentemente, o Rio de Janeiro passou por um processo de modernização econômica com o vertiginoso crescimento da indústria. Simultaneamente, ocorreu o crescimento da população urbana que superou a rural. A maior urbanização e a expansão industrial foram fatores para uma política de redução do elevado índice de analfabetismo.

O município do Rio de Janeiro possui um dos menores índices analfabetismo do país com uma taxa de 3,4% junto a população com 15 anos ou mais de idade, entre 1995/99. Uma redução de quase 50% se considerarmos que entre 1981 e 1985 a taxa correspondia a 6,6%. Claro que nesse quadro, a Zona Sul é privilegiada com taxa de 2,3% contra 4,2% na Zona Oeste. Esses dados exemplificam o quadro de *apartheid* cultural imposto aos setores populares. A diferença fica ainda mais gritante se traduzirmos o tempo de escolaridade. Na Zona Sul, numa população com 25 anos ou mais de idade, 47% possuem mais de 11 anos de estudo. Na Zona Oeste, o índice diferencial é assustador: numa população com 25 anos ou mais de idade, somente 8,1% possuem mais de 11 anos de estudo.

Entretanto, alguns dados comprometem o futuro dessa qualificação. O percentual de crianças com um ano de atraso escolar numa população entre 10 e 14 anos é de 33,4%, superior aos dados de Curitiba (20,5%), São Paulo (19,7%) e Porto Alegre (27,2%). E o mais grave: apesar de considerável redução - 5,5% entre 1981 /1985 -, 2,5% de crianças entre 7 e 14 anos se encontram fora da escola. Dados que seguramente comprometerão os indicadores sociais do Rio de Janeiro numa futura avaliação.[13]

---

[12]FORRESTER, Viviane. Uma estranha ditadura. SP, UNESP, 2001, p. 137..

[13]Todos os dados foram extraídos do caderno Retratos do Rio, O Globo, 20/05/2001

## INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

BOMENY, Helena. Os intelectuais da educação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BUENO, Maria Sylvia; GHIRALDELLI JR., Paulo; MARRACH, Sonia A.; SILVA JR., Celestino A. infância, educação e neoliberalismo. SP, Cortez, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr. O golpe na educação. RJ: Jorge Zahar, 1989.

EMERIQUE, Raquel. Do salvacionismo à segregação: a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública no Rio de Janeiro. RJ: Programa de pós-graduação en Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ), Dissertação de mestrado, 1997.

FONSECA, Maria Cristina de Almeida. A relação nós e eles na prática de educação popular: uma experiência na Zona Oeste do Rio de Janeiro. RJ: PUC-RJ, dissertação de mestrado, 1994.

FORRESTER, Viviane. Uma estranha ditadura. SP, UNESP, 2001.

GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da exclusão. Petrópolis, Vozes, 1995.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. **História geral da civilização brasileira, III. O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.

NEVES, Lúcia Maria Wanderlei. Educação e política no Brasil de hoje. SP, Cortez, 1999.

NUNES, Clarice. O passado sempre presente. Campinas, Cortez, 1992.

_____ Anísio Teixeira: a poesia da ação. Bragança Paulista, Edusf, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1998.

## DADOS OBTIDOS NA INTERNET

www.anped.org.br

www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php

www.sect.rj.gov.br/faetec

www.mec.gov.br

www.monde-diplomatique.fr